



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL
CAMPUS CORRENTE**

LAURENICE SEVERINA DA COSTA

**A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ATALAIA E OS IMPACTOS SOBRE AS
COMUNIDADES ATINGIDAS DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS – PI**

CORRENTE

2017

LAURENICE SEVERINA DA COSTA

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ATALAIA E OS IMPACTOS SOBRE AS
COMUNIDADES ATINGIDAS DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS – PI

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) submetido
a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Ambiental do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus*
Corrente como requisito parcial para obtenção do
título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Área de concentração: Avaliação de Impacto.
Orientação: Marcília Martins da Silva

CORRENTE

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Costa, Laurenice Severina

C837c A construção da barragem de Atalaia e os impactos sobre a comunidades atingidas no município de Sebastião Barros(PI) / Laurenice Severina Costa. - 2017.

29 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente, 2017.

Orientador: Prof. Esp. Marcília Martins da Silva

1. Gestão Ambiental – estudo e ensino. 2. Barragem. 3. Comunidade. 4. Costa, Laurenice Severina. I.Título.

CDD - 577

Elaborado por Tefischer Huanderson Soares e Sousa CRB3/1251

LAURENICE SEVERINA DA COSTA

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ATALAIA E OS IMPACTOS SOBRE AS
COMUNIDADES ATINGIDAS DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS – PI

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus Corrente*, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental. Área de concentração: Avaliação de Impacto

Aprovada em: __/__/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a (Especialista). Marcília Martins (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus Corrente*

Prof.^a Hiana Brito Costa Borges

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus Corrente*

Prof.^a (Me). Solange Alves Sobreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus Corrente*

RESUMO

A construção de barragens com a finalidade de armazenar água é encarada como uma obra que apesar de suas vantagens para regiões carentes ou em escassez hídrica, é responsável por impactos que modifica as características do local, além de interferir e modificar os modos de vida das comunidades que ocupa a área inundável. Assim o objetivo desse trabalho é identificar os impactos sociais decorrente da construção da barragem de Atalaia sobre as comunidades residentes na área a ser alagada do município de Sebastião Barros - PI. O deslocamento forçado dessas comunidades leva a modificações no espaço de vida econômica, criam novos desequilíbrios com externalidades muitas vezes mal calculadas, onde os entrevistados não concordam com os baixos valores pagos pelas indenizações e a perda dos símbolos e bens insubstituíveis existentes na região que foram responsáveis pela caracterização de cada residência ou nas comunidades que deixarão de existir.

Palavras Chaves: Comunidades. Deslocamento. Desequilíbrios.

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Incentivo a construção de barragens	8
2.2 Deslocamento compulsório	11
2.3 Mudança de espaço	12
2.4 O deslocamento e os novos cenários	14
3. METODOLOGIA	16
3.1.Caracterização da área de estudo	16
3.2.Procedimentos Metodológicos	18
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6. REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

A construção de barragens pode ser encarada como um fator de destruição sobre um lugar, pois ao inundar a área, também se inunda seus significados e simbologia própria que o caracteriza. O enfrentamento destes problemas pelos moradores nem sempre é algo fácil e de rápida aceitação, os moradores da área, na maioria dos casos, não querem deixar toda sua história para trás e abandonarem tudo que já foi construído, para se alocarem em outras áreas escolhidas pelo governo, além disso em muitas situações não concordam com os valores pagos pelas indenizações.

A perda dos bens materiais, em decorrência da saída dessas pessoas do seu lugar de origem, sem falar de outros impactos que a região sofrerá como: ambiental, do ponto de vista econômico e o social, surgindo então dúvidas relegadas ao benefício que trará com as destruições, tornando a decisão da construção ou não, uma questão de princípios, que regem toda a sociedade que desconsidera a importância do meio para os atingidos.

A realocação das famílias faz com que haja conflitos internos e sociais, além da perda da identidade do lugar, atrelada ao sentimento de impotência gerado pela incapacidade de tomar qualquer atitude por parte dos atingidos, para evitar a destruição de seus patrimônios, construídos na região, não só financeiro, mas também cultural. Passando a fazer parte somente daqueles que conheceram e vivenciaram a realidade antes da construção da barragem, deixando a desejar para aqueles que só ouviu falar (MOURA, 2008).

Para entender o enredo do estudo é necessário buscar como surgiu e suas iniciativas, identificando os possíveis impactos sociais diretos e/ou indiretos que os moradores diretamente atingidos enfrentam nas construção de barragens. Entendendo como estão sendo aplicadas as medidas mitigadoras e compensatória e, se realmente são levadas na íntegra, por serem as soluções para o drama de perda das terras e saída da região para posterior adaptação em uma região desconhecida.

A obra, da construção da barragem de Atalaia, é tida como uma das maiores e mais importantes realizações do governo federal na região do sul do estado do Piauí e, pretende garantir segurança hídrica para o município de Sebastião Barros e outros municípios vizinhos. No entanto devido à construção da barragem de Atalaia surge inúmeros conflitos entre os moradores da região que será submersa, e o governo do estado, pois as comunidades não tiveram oportunidade de participar ativamente do processo, no entanto o governo contextualiza que a obra segue como o previsto na legislação ambiental vigente.

Assim o objetivo desse trabalho é identificar os impactos sociais decorrente da construção da barragem de Atalaia sobre as comunidades residentes na área a ser alagada do município de

Sebastião Barros, Piauí. Considerando os diferentes discursos construídos em torno da construção da barragem; a identificação dos principais espaços (símbolos e concretos) que faz parte ou integram a região que será inundada; a percepção dos atingidos sobre os impactos causados pela obra; os benefícios e as consequências da construção da barragem e análise do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da obra confrontando com a realidade encontrada.

Considerando os incentivos governamentais para a construção da mencionada barragem faz-se urgente buscar as implicações sobre o meio social dessa obra, para tanto a relevância do estudo está em apurar as implicações constadas no EIA/ RIMA, ao tempo que se pretende buscar identificar os principais impactos sociais decorrentes dessa obra, elencando os fatores de incentivo para a construção da mesma, analisando o entendimento das autoridades competentes, a partir do discurso dos envolvidos.

De acordo com o precedente, o presente trabalho será desenvolvido e argumentado, estabelecendo conexões importantes para enriquecer a temática em estudo, onde no referencial teórico remete a temática que envolve os impactos sociais e a construção de barragens, composto por partes de trabalhos acadêmicos publicados e desenvolvidos por autores que reconhece a importância da temática proposta, visando apresentar as consequências e importância da construção de barragens sobre comunidades atingidas por construções de grandes barragens.

Os resultados da pesquisa, são formado e composto por depoimentos de autoridades importante que estão envolvidos na construção da barragem de Atalaia e depoimentos dos moradores diretamente atingidos da região e remetendo as opiniões sobre a mesma. Um diagnóstico sobre a economia dos atingidos foi realizado para identifica como atualmente eles vivem e as possíveis intervenções que podem surgir, finalizando a pesquisa com as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Incentivo a construção de barragens

Segundo da Silva; Silvino; Silva (2016), “no Brasil, ao longo dos anos vem se constatando diversos problemas associados à gestão, armazenamento, tratamento e distribuição de água para as populações em várias regiões do país”. A região Nordeste é considerada a mais carente, devido as condições climáticas que os biomas cerrado e caatinga, principalmente por terem regimes de chuvas desregulares, não sendo o suficiente para armazenar água para abastecer a população no período de estiagem, tendo que utilizar água armazenadas para suprir as

necessidades. Surgem então a necessidade das construções de grandes barragens com a função de armazenar água para abastecer municípios que sofre com a escassez hídrica (SILVA; SILVINO; SILVA, 2016).

A construção de uma barragem é considerada um meio artificial formado em processo muito rápido, se analisado na escala temporal humana, irreversível, na superfície terrestre, provocando mudanças radicais no ambiente que deixa de ser natural para ser considerado construído (FERNANDES, 2008). Logo, para alguns, a margem do empreendimento só qualifica os pontos positivos da construção de grandes barragens, porém os verdadeiramente prejudicados os qualificam com olhares e pensamentos diferenciados onde para Alves; Nascimento; Mesquita (2009):

Na década de 70 foi dada a intensificação, no Brasil, o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Inúmeras barragens foram construídas em todo o país, com o principal objetivo de gerar eletricidade para atender as necessidades das indústrias que se formavam e crescente economia nacional que passava durante a ditadura militar.

Essa intensificação ou crescimento da economia necessitava de fontes de energias mais baratas e que não causasse impactos negativos ao meio ambiente, o que remete o elevado índice de construção de barragens no Brasil, mas em algumas regiões com baixo nível no regime de chuvas as funções das barragens mudam para solucionar problemas e para dá mais oportunidades de investimento para famílias necessitadas e que sofre com a escassez hídrica. Remetendo o entendimento de Cirilo (2008):

A política de acumulação de água em açudes, típica da região nordeste, tem sido feita sob duas formas. A primeira, em grandes reservatórios, com capacidade de regularização plurianual, em bacias hidrográficas de maior porte. A segunda é a acumulação em pequenos e médios reservatórios, os chamados barreiros, espalhados aos milhares por toda a regiões que sofre com a escassez hídrica.

A empresa responsável pela elaboração do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e do RIMA (Relatório de impacto ambiental) da barragem de Atalaia a WR Consultoria e Planejamento e o empreendedor, o Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI a justificativa política e socioeconômica plausível apresentada no estudo ambiental foi de que:

O empreendimento se justifica em função do grande potencial agrícola que existe na região que abrange a bacia hidrográfica do Gurguéia, cujo potencial não é mais explorado por falta de água permanente no leito do rio de mesmo nome, com registro, ainda, da ocorrência de inundações de grandes faixas de terras no período das chuvas, causando prejuízos aos agricultores que cultivam em áreas de influência do rio. Ressalte-se, ainda, a escassez de água potável, gerando dificuldade para a população do município de Sebastião Barros e circunvizinhos, nos períodos de estiagens.

Como os idealizadores da obra elencaram, a construção surge para solucionar sérios problemas existente na região em período de estiagem das chuvas. E ainda dentre os benefícios estabelecido que leva a construção de barragens para armazenamento de água e suas devidas finalidades o quadro 1. demonstra as mais consideradas.

Quadro 1. Benefícios e finalidades da construção de barragens para armazenamento de água.

Benefício	Finalidade
Atendimento da demanda agrícola para fornecimento de alimentos	Contribui na produção de alimento, mesmo com difundidos o procedimentos de economia de água por meio de melhorias na tecnologia de irrigação, necessita de demanda adicional no fornecimento de água;
Controle de enchente	Regular os níveis dos rios e as enchentes a jusante por meio do armazenamento temporário do volume adicional de água para descarga posterior;
Energia hidrelétrica	Formada pela movimentação das turbinas, o que leva quase 200 países no mundo têm alguma capacidade para desenvolver projetos hidrelétricos, em grande ou pequena escala;
Navegação Fluvial	Benefícios econômicos, os rios que foram desenvolvidos com barragens e reservatórios para navegação também podem oferecer redução da erosão, níveis estáveis de água nos lençóis freáticos do sistema e recreação;
Recreação	Atividades tais como passear de barco, nadar, pescar, observar pássaros e fazer caminhadas, são considerados no início da fase de planejamento dos projetos e juntamente com outros objetivos levam a projetos equilibrados;
Gestão integrada da água em bacias fluviais	Durante períodos de seca, descargas graduais de cada barragem são coordenadas para garantir que uma quantidade adequada de

	água esteja disponível por toda a bacia fluvial. A coordenação e o controle gerais são efetuados por organizações que abrangem toda a bacia, tais como comissões de bacia fluvial. Essas organizações têm papel crítico no controle de secas e enchentes dentro das respectivas bacias.
--	--

Fonte: Sória (2013). Adaptado

Não é fácil decidir no balanço de vantagens e desvantagens que a construção de barragens ou não causa em um região, apesar das vantagens apresentadas acima, em regiões carente com relação as condições financeiras e com regimes de chuvas irregulares levando a escassez hídrica, logo são solucionados pela construção das barragens, o que leva o deslocamento obrigatório de comunidades humanas, tonando um dos efeitos negativos. Levando o cinema e a literatura um meio de denuncia desse processo (FERNANDES, 2008).

A ideia que levam os governadores e empresas a não se sensibilizarem com os atingidos pelas construções de grandes barragens é que segundo Soares (2009):

É o fato deles usarem, sobretudo argumentos emocionais. Alegam laços familiares, tradição, ligação com o passado, vida comunitária. Tudo isso não tem qualquer valor para aqueles que trazem argumentos racionais de desenvolvimento, lucro, progresso, crescimento etc. Para quem coloca a produção acima do ser humano, esses argumentos em nada irão pesar. Além disso, as decisões sempre passam pelas instâncias políticas, que também, de modo geral, têm a mesma visão capitalista de progresso. E mais ainda: os políticos que decidem essas questões e concedem as licenças, como os deputados e secretários, por exemplo, pertencem, na sua esmagadora maioria, à elite econômica, ou são por ela patrocinados.

Entende-se que os idealizadores desses grandes empreendimentos buscam soluções para toda uma região, desconsiderando os atingidos, logo os impactos gerados são inferiores aos benéficos e melhoras para a região que sofre com a escassez hídrica. Onde os impactos sociais são imposto pelos atingidos utilizando argumentos emocionais e não remetendo as consequências para as próximas gerações, que sobrevivia de tudo que poderia ser cultivado na área diretamente atingida.

2.2. Deslocamento compulsório

Santo (2007), define como deslocamento compulsório “um processo onde determinados grupos sociais, e circunstâncias as quais não dispõe de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras”.

Esse deslocamento provocado pelo desenvolvimento econômico, tem causados prejuízos para inúmeras famílias vítimas de construções de grandes barragens, consideradas como a solução para a escassez hídrica. Dando início ao drama das famílias que passarão por esse processo logo na limpeza da área para começar o projeto de construção da barragem, deixando os atingidos em uma situação de incapacidade, à medida que estes não têm suas opiniões ouvidas no momento da elaboração do projeto.

O termo em análise foi utilizado primordialmente para definir uma consequência dos grandes projetos em povos indígenas e/ou populações rural residentes em áreas afetadas pelos mesmos (RODRIGUES; SANTOS, 2011).

Entende-se que o problema do deslocamento forçado está nas condições econômicas das vítimas, que deixaram suas fontes de sobrevivência para se aventurar em morar em um lugar desconhecido e sem proporcionar as mesmas qualidades deixadas para trás, ficando a margem sem opção e sem espaço para atuar, esses indivíduos contribuem para somar no vasto número de desempregados das cidades brasileiras. O entendimento de Mesquita (2011), é que:

O deslocamento compulsório é um sério problema para a maioria dos atingidos, especialmente os pequenos produtores, residentes na área por várias gerações. Naqueles sítios estão suas raízes culturais, sociais, afetivas, construídas em um entorno que se modificará radicalmente.

Com o surgimento das grandes construções de barragens por governadores, gerou imposições com os moradores das áreas atingidas que são contra a construção. Na Birmânia, China, Colômbia, Etiópia, Guatemala, Sudão e outros países, construtores de barragens, muitas vezes reagiram à oposição, contra os moradores das áreas atingidas, onde a construção acaba gerando graves violações dos direitos humanos. No pior massacre relacionado a construção de uma barragem, mais de 440 indígenas foram mortos para dar lugar à represa Chixoy, na Guatemala, em 1982 (BOSSHARD, 2014).

Levando a saída dos atingidos por barragens a mudanças ora necessárias para conseguirem se adaptar ao novo espaço inserido compulsoriamente, levando características construídas e formadas no decorrer da vida onde Soares (2009), considera que:

Quando se comparam os estudos feitos com impactos sociais ocasionados pela construção de barragens, os resultados obtidos sugerem que nessa desterritorialização as identidades de comunidades rurais atingidas se deterioram e é imposta nelas uma forma particular de apropriação do espaço que rompe com os equilíbrios básicos entre cultura e natureza.

Esses estudos têm mostrado também, que são as populações que sofrem as mais severas implicações, porque perdem referências construídas ao longo de gerações. Pois os reassentamentos que são atribuídos pelas empresas responsáveis pela construção da barragem, são escolhidos em terras que force dos conhecimento das comunidade diretamente atingida não tendo escolha direito de escolha. Para Rocha (2011), a instalação e funcionamento das barragens:

Impõe uma nova função ou um novo uso para os moradores da região, acabando com as práticas tradicionais, tornando um desafio para as comunidades por não se enquadrar ou não se adaptar as novas reterritorialização, de onde são forçados a mudarem ficando a margem do processo de produção, sendo obrigados a se adaptarem ao novo modo de vida.

2.3.Mudança de espaço

A formação dos lagos das barragens impõe aos atingidos a falência de antigas territorialidades e também força a reestruturação de um novo modo de viver, ora em territórios distantes, ora em territórios desconhecidos. Segundo a Comissão Mundial de Barragens (CMB) no Brasil em 2015 o governo federal propões a construção de mais de 495 hidrelétricas, expulsando aproximadamente 800 pessoas de suas terras. Surgindo o processo desterritorialização que é a perda de território, para dá lugar aos canteiros de obras e a grande massa de água que se forma (LETURCQ, 2009).

Para tanto a instalação de grandes barragens acarretou o aparecimento e desaparecimento de territórios, esses territórios são atingidos por grandes impactos sociais e ambientais que afetam completamente o (espaço vivido) território. Rocha (2011), explica que:

A perda do território imaterial ou lugar de identidade. O homem do campo perde sua história, sua cultura, seus símbolos, sua forma de organizar e produzir no espaço vivido, ele perde o seu lugar identitário, aquele lugar que da existência a seu ser “homem da terra”, assim, com a destruição do território que o identifica ele passa a construir uma nova identidade de sua realidade histórica e social, e se transforma em reserva de mão-de-obra disponível.

Bosshard (2014), confirma que “atualmente as barragens já moveram cerca de 80 milhões de pessoas em todo o planeta gerando impactos negativos sobre cerca de 500 milhões de pessoas que vivem à jusante”, causando transtornos psicológicos e perda física de bens que não poderão ser removido do seu lugar. Para Soares (2009):

Pode-se verificar a assimetria de poder que existe nos embates causados pela construção de hidrelétricas em todo país. De um lado a população atingida que, não podendo ir contra a determinação de órgãos especializados do governo, os quais concederam a licença para tais empreendimentos, só tem uma saída: aceitar as medidas mitigadoras e compensatórias estipuladas pelas empresas empreendedoras e começar a vida em outro lugar.

Em contrapartida está o governo e as empresas que desenvolve as atividades de construção da obra que não calcula os verdadeiros valores pagos pelas indenizações, hora considerado insuficiente pelos indenizados, seja por considerar seus objetivos de satisfazer suas próprias demandas, considerando a construção como um benefícios de satisfação e interesses públicos, pois visam beneficiar mais de um município que no período de estiagem das chuvas os rios secam, ficando dependentes do transporte de água de municípios ou até estados vizinhos para suprir as necessidades mínimas dos moradores (SOARES, 2009).

Cada lugar ou território possui características que os qualificam, tornando o diferencial que os identificam, no entanto, a destruição ou modificação desse meio levam a uma mudança da simbologia própria, constringendo os formadores do lugar, que necessita se adaptar, onde segundo Fernandes (2008):

A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo e comunidade sobre o seu território: No caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica. Esta fractura topofílica pode ocorrer in situ, sem alteração dos referenciais de localização do sujeito, mas pode também acontecer ex situ, isto é, implicando a deslocação do sujeito, entretanto desterritorializado.

Assim o que se constata é que um dos impacto social causados por construção de barragens aparece sobre o surgimento de pobreza, da desestruturação social e econômica das famílias rurais que não consegue se adaptar nos assentamentos migram para as cidades, formando uma grande massa sem clara função social definida nesse novo lugar de viver, ficando sem renda fixa são obrigados a morar nas zonas periféricas executando qualquer função para conseguir sobreviver (ROCHA, 2011).

Onde as populações atingidas diretamente na maioria dos casos, não estão conseguindo superar os traumas causados pela retirada de suas terras e que as perdas foram muito maiores do que os ganhos obtidos, mas, apesar de tudo, os atingidos procuram se adaptar como podem; continuam lutando para alcançar seus direitos (SOARES, 2009).

2.4.O deslocamento e os novos cenários

O deslocamento de famílias das áreas atingidas para outras regiões implica em novas adaptação no novo cenários inseridos, seja um assentamento, seja um perímetro urbano. Em ambos as maneiras e os modos de viver vão ser diferentes ou inversas aos meios que encontrava inserido, levando a perda de identidade daquele camponês que conseguia seu alimento através de esforços físicos (SOARES, 2009).

Uma nova organização é necessária pois, os atingidos por barragens são obrigados a deixar tudo o que tinham, passando a ser vítimas do processo de modernização da sociedade. O novo cenário surge, marcado pela formação dos lagos das barragens que impõe aos sertanejos e ribeirinhos a perda do território e a busca por novas formas de se organizar na sociedade em territórios distantes e desconhecidos (ROCHA; SOARES,2011).

Como seu antigo lar e meios de adquirir sobrevivência não existe mais os camponeses sai em busca de emprego nas cidades mais próximas, aumentando o fluxo migratório, por serem trabalhadores do campo (agricultores) muitos não dispõem de qualificação profissional, ficando afastados do mercado de trabalho ou são sujeitos a trabalhos irregulares, tendo relação direta com o crescimento incompressivo da pobreza.

A pobreza se relaciona direto com a vulnerabilidade social que uma quantidade numerosa de atingidos são classificados, seja pela inferioridade educacional ou seja pelo baixo nível econômico que se encontra inserido naquele instante. Nessa lógica o grau de sucesso de uma empresa designada para construir um empreendimento com tal importância, se torna um fracasso total no que desrespeita a questão social e econômica dos contratantes donos das terras que os qualificam.

O processo de desenvolvimento da sociedade não é um caminho inabalável em direção ao bem-estar e à prosperidade. Neste contexto de mudanças rápidas valorizam-se qualidades de adaptação, qualidades que valem para os indivíduos e para as comunidades no seu conjunto, mas também para os lugares que os recebem (FERNANDES, 2008).

Esses lugares na maioria são construídos em regiões distantes, longes dos rios, o que já é um problema para todos que tinha o costume diário do contato com esse tipo de ambiente, para novamente se adaptar ao novo ambiente inserido, sendo totalmente modificados e pequenos.

Isso acarreta uma desestrutura não só econômica como psicológica e social nessas comunidades acostumadas a ter em seus quintais os meios para seu próprio sustento, agora dispondo de um espaço menor não suportando os mesmos costumes. Portanto, se veem atravessando uma fase de grandes apuros financeiros (SOARES, 2009).

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

A barragem de Atalaia foi idealizada para garantir segurança hídrica para o município de Sebastião Barros e municípios vizinhos, sua principal finalidade é o abastecimento humano, o uso da irrigação e, ainda, possibilitar a piscicultura destinados para os atingidos pela barragem.

A Barragem interceptará o rio Paraím, afluente do Rio Gurguéia, na localidade Barra do rio, município de Sebastião Barros, Piauí. O local proposto para o barramento localizando-se nas seguintes coordenadas cartográficas: ombreira direita - $10^{\circ} 29'09,6''$ de latitude Sul e $44^{\circ} 50'47,2''$ de longitude oeste; ombreira esquerda - $10^{\circ} 29'11,7''$ de latitude sul e $44^{\circ} 50'49,0''$ de longitude oeste, como mostra na Figura 1.

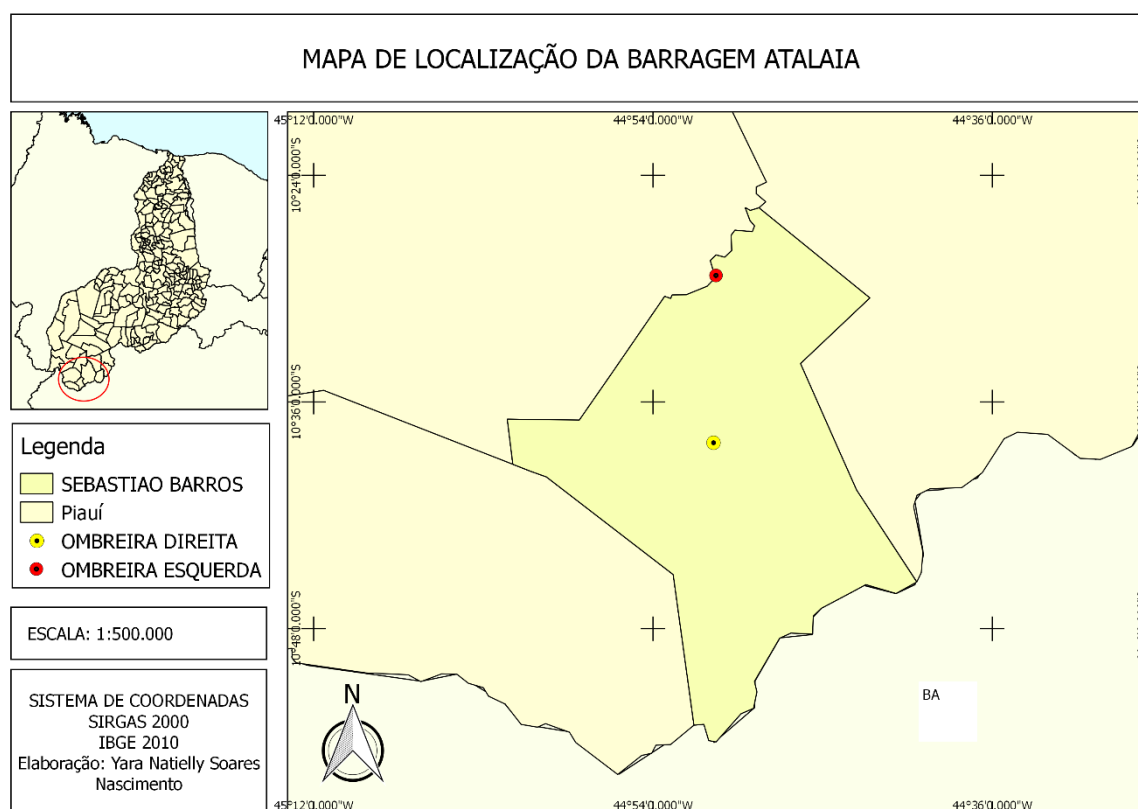


Figura 1: Localização da barragem de Atalaia.

Fonte: Nascimento, 2017.

As comunidades atingidas diretamente pela construção da barragem de Atalaia se formaram através de aglomeração de famílias carentes de terras, como a região não possuía proprietários para cuidar delas, as famílias tomaram posse de forma clandestina, o que levou posteriormente o governo a declara-los como donos oficiais das terras e assim, com o crescimento das famílias o direito da propriedade foi transferida para os descendentes que atualmente residem na região e tem suas terras como único meio de sobrevivência.

São classificados como pequenos agricultores familiares que produzem e cultivam em suas propriedades uma quantidade significativa de alimentos principalmente para garantir a subsistências da família, que no quesito economia não dispõe de condições financeira agradável, vivendo a margem de uma vida confortável, mas deixam clara a felicidade de morar na região, com sorrisos constantes ao relatar lembranças boas.

Segundo o EIA/ RIMA da barragem Atalaia, sete comunidades interligadas (Barra do rio, Pintadas, Tijuca, Curitiba, Lagoinha, Poço Dantas e Alto Novo) serão atingidas pela construção da barragem, mas durante as visitas *in loco* foi identificada a existência de mais três comunidade: Ilha, Gameleira e Varge Grande. São comunidades importante para região, onde existe escolas, igrejas de diferente região e clubes de festas responsáveis por reunir os moradores em períodos festivos.

Considerando a economia do município o infográfico do IBGE, a seguir demonstra o produto interno bruto do município de Sebastião Barros, comparados com o estado do Piauí e o Brasil.

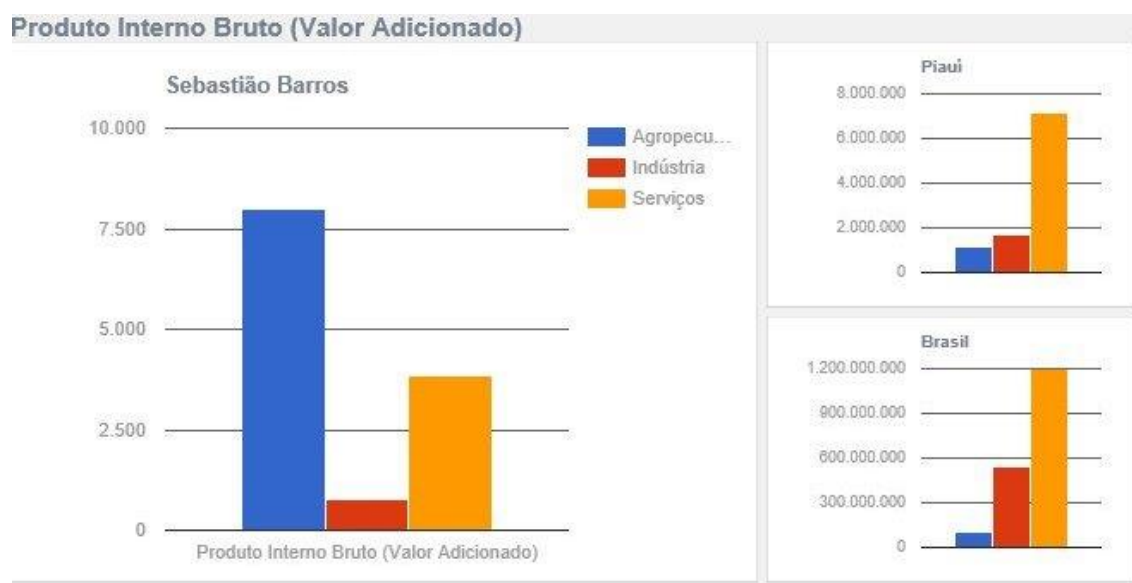


Figura 4. Produto Interno Bruto do município de Sebastião Barros.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, 2014.

A atividade predominante na região é a agropecuária, logo todo proprietário de terra, que reside no perímetro rural do município, cria animais e investe para obter bons lucros ao comercializa-los. No entanto o município não dispõe de suporte para os produtores, assim o comercio se expande para municípios vizinhos e para outros estados. Ao analisamos as informações do gráfico é possível perceber que o município se destaca em atividade contrarias ao estado do Piauí e o Brasil que se destaca no PIB com serviços.

Com a construção da barragem de Atalaia os dados do PIB do município de Sebastião Barros poderá sofrer mudanças, principalmente porque passará a dispor de um recurso que ultimamente é considerado escasso na região, com a quantidade de água a dispor dos moradores próximos da obra, que necessita e pretende utiliza-la dar início a investimentos em suas propriedades, levando ao crescimento econômicos.

3.2.Procedimentos Metodológicos

A pesquisa teve início em novembro 2015, é considerada uma pesquisa de curta duração se comparada com pesquisas já publicados na temática, inicialmente foram realizadas visitas *in loco* para conhecimento da população residente na área.

As dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa existiu desde os dados secundários da área em estudo que ao confrontar com a realidade são errôneos, é como os resultados depende do diálogo com os atingido diretamente, alguns ficaram tímidos e/ou “acuados” ao falar da sua saída da região e sobre os valores recebidos nas indenizações.

Foi realizado o levantamento bibliográfico que contribuiu para construção do referencial teórico e conceitos importantes, e o levantamento prévio dos sujeitos a serem entrevistados, foram definidos em seguida os critérios de inclusão dos moradores que seriam entrevistados, que para o levantamento em curso optou-se pelos sujeitos que residem na região há mais tempo, sendo os responsáveis pela formação das comunidades, onde poderão relatar a importância e significados de suas terras e experiências adquiridas na região.

Ao término da seleção, contabilizou-se 12 moradores que se enquadraram no perfil e critério estabelecido, lançando mão das contribuições do método da história oral para realização das entrevista individual com os moradores para aquisição dos dados da pesquisa. O objetivo é reconstruir a memória individual e/ou coletiva dos moradores que vivem na área que será inundada, identificando os impactos sociais que surgiu a partir da construção da barragem e a visão econômica para região, a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado.

Foram gastos 20 dias para realizar o levantamento dos moradores que se enquadravam no critério e perfil pré-estabelecido para posterior realização das entrevistas, após ouvir e gravar todas as falas fez-se a transcrição de todas as falas, nessa etapa foram necessários 60 dias. Alguns moradores não contribuíam por ficarem “acuados” e intimidado em falar da construção da barragem de Atalaia e na sua saída da região. Porém, para a maioria esse trabalho passou a ser considerado uma forma de expressar para o mundo sua opinião sobre a obra.

Foram usadas ainda na construção dos resultados as gravações da audiência pública que tratava da construção da barragem de Atalaia, a fim de se verificar o entendimento e visão das autoridades sobre o tema em estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na área que será submersa, cerca de noventa e uma (91) famílias serão indenizadas e terão que deixar suas terras. O iminente deslocamento dessas pessoas tem provocado alguns conflitos entre os moradores e o poder público/empreiteira. Os primeiros alegam não terem sido ouvidos durante a elaboração do projeto e execução da obra, além de reclamarem do valor pagos pelas indenizações, ao passo que os segundos exaltam a construção da barragem, enfatizando o argumento segundo o qual a obra será a solução definitiva para a escassez hídrica na região, e que todo o processo de construção e relacionamento com os moradores transcorre dentro da legalidade.

Para entender mais a transição social que transforma e modifica os pensamentos e modos de viver da sociedade ao longo do tempo, são necessários estudos voltados para esses atingidos e o que leva ao desenvolvimento da sociedade. “Para compreender este entendimento e processo, é preciso não só entender as mudanças da própria sociedade, mas também a evolução dos dispositivos que propuseram e/ou fizeram parte dessas modificações” (MORAIS, 2007).

Ao analisamos depoimentos de autoridades políticas sobre a construção da barragem de Atalaia que interligam o investimento com os afetados diretamente, segue o entendimento do então prefeito de Corrente – PI, na época, gravado na audiência pública designada para tratar dos interesses da construção da barragem de Atalaia.

“Por que recebemos impactos, das preocupações, das inquietações das famílias que até agora não viram ou vislumbraram no horizonte das suas vidas nenhuma saída, nenhuma segurança para a situação, por que conseguimos, a partir da avaliação que foi feita para indenizar as pessoas que residem lá de famílias que tão mais, muito delas que a mais de 100 anos, fizeram naquele ambientes um valor de vida, as vizinhanças, e o pão de cada dia que retira daquela terra. Uma das melhores terras, das mais férteis terras do estado do Piauí”. (Depoimento do Ex-prefeito de Corrente – PI, em audiência pública, 10/06/2015).

Nota-se que apesar de ser uma autoridade política, que poderia ser enraizada em interesses públicos pela construção da barragem, o ex-prefeito demonstra preocupação com os atingidos no âmbito social que estão sendo alvo de uma situação de insegurança, gerando inquietação e posterior perda de terras altamente produtiva em troca de uma indenização que não é aceitável pelos seus baixos valores, mas por outro lado a região necessita de uma

segurança hídrica. Reconhecendo as desigualdades sociais entrelaçando com os movimentos políticos.

No entanto não se pode desvalorizar as audiências públicas, com a proposta para tratar dos impactos causados pela barragem de Atalaia, valorizando as opiniões dos atingidos no intuito de passar para as autoridades e órgãos ambientais presente as suas razões e motivos, na tentativa de melhorar as medidas mitigadoras e compensatórias, onde conforme Soares (2009):

A audiência pública confere à população atingida por barragem oportunidades de exercer sua cidadania e reivindicar seus direitos, mas ao mesmo tempo faltam à maioria dessas comunidades processos de empoderamento que facilitem o acesso a canais institucionais. Ela é uma forma de negociação coletiva tão necessária ao fortalecimento do grupo na defesa de seus direitos e reivindicações e também contribuem para melhorar a equidade social na tomada de decisões.

No entanto Castro (2011), aborda que “o caráter irreversível e compulsório do processo constitui uma situação de incapacidade de ação dos deslocados, na medida em que estes não participam da concepção do projeto”. Levando a entender que as audiências públicas são designadas para tratar da construção da barragem são as únicas instâncias de participação das comunidades, reconhecemos serem elas uma oportunidade fundamental para que, de uma maneira direta, os atingidos e seus aliados possam, saindo da “invisibilidade”, mostrar aos órgãos ambientais as suas reivindicações (SOARES, 2009).

Como as audiências pública tem seu destaque no processo de licenciamento ambiental, e como o empreendimento é caracterizado como de significativo impacto ambiental, esse instrumento deveria ocorrer antes do início da obra para que assim a população seja ouvida e os interesses das comunidades contempladas no projeto estabelecido pela resolução CONAMA no 9, de 1987, No entanto, de acordo com as falas os moradores não tiveram essas oportunidades de serem ouvidos antes de dar início às obras de construção da barragem, pois a realização da audiência responsável por expor o entra-me da obra foi marcada quando a obra já passava dos 50%.

Esse instrumento de consulta pública é importante pois é nesse momento que são apresentados a comunidade os impactos positivos e negativos do empreendimento a partir de um diagnóstico realizado na área de implantação do projeto, para elaboração do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, que normalmente possui linguagem objetiva, simples, clara e acessível a todos, permitindo assim a participação da comunidade nas delimitações e proposição de medidas mitigadoras para os impactos identificados.

Ainda sobre as falas das autoridades sobre a construção da barragem de Atalaia, o promotor de justiça R. C., também expressou seu depoimento, representando o poder público:

“Como todos nós sabemos, a nossa região de uns anos pra cá, vem sofrendo mudanças climáticas e no seu ecossistema que fizeram com que as águas antes em quantidade e demasia, atualmente se tornassem escassas notadamente, tendo em vista a irregularidade das chuvas. **Então os senhores observem a importância duma obra dessa (latitude) para a preocupação local, os senhores observem a impressibilidade dessa obra. Entretanto, apesar de todas essas quesitos, esses benefícios trazidos pela barragem,** nós não podemos esquecer o outro lado da moeda que é justamente **aquelas pessoas que sofreram impacto, pelo menos a priori, imediatamente negativo em relação a tal obra** (Depoimento do promotor R. C. em audiência pública, 10/06/2015).”.

Vale destacar a construção da barragem de Atalaia como algo grandioso para a região como o promotor mesmo destaca, no que diz respeito a sua importância econômica e de disponibilidade hídrica para a população em grande parte do seu depoimento que por fim comenta sobre os possíveis impactos sociais, destacados como ponto negativo, assumindo, portanto, que o único impedimento, até o momento, eram os moradores da região, que terão suas terras inundada.

Assim, corroborando com o entendimento de Soares (2009), quando afirma que “dessa maneira, os conflitos sociais decorrentes dessa questão são abordados de forma instrumental, e assim percebidos como “interesses personalizados” que podem ser solucionados através de acordos entre as partes”.

As opiniões que as autoridades apontaram são peças fundamentais, visto que integram conhecimentos e visam evitar impactos sociais que surge ao decorrer das delimitações das terras, como afirma Santos (2007):

A discussão sobre “atingidos”, por outro lado, não diz respeito apenas à população deslocada compulsoriamente. Representante municipais – prefeitos, vereadores – são atores importantes nesta discussão, especialmente porque disputam recursos financeiros do governo federal ou estadual para a implementação de programas de minimização de impactos. Nestas ocasiões, são importantes aliados das populações compulsoriamente deslocadas.

Para os moradores dos povoados Ilha, Várzea Grande e Gamera do município de Sebastião Barros, que são comunidades que não foram identificadas no EIA/RIMA, onde os moradores de ambas entendem a importância da construção da barragem de Atalaia para os municípios de Sebastião Barros, mais não gostariam de perder seus espaços (ambiente), pois é onde encontram os bens mais valiosos adquiridos no decorrer de suas vidas.

Esses bens que não podem ser transportados para suas novas moradias, inquietados por serem bens cultivados nos quintais das suas residências ou bens construídos manualmente como muito esforço físico, que carregam grandes valores inestimáveis, economicamente falando. Para demonstrar segue depoimentos gravados por alguns moradores que reconhecem a

importância da região. Ao perguntar se gostaria de sair de sua casa e região para morar em outro lugar, o morador afirma:

“Não, a vontade minha eu não queria sair não... mais fazer o que? Essa é a única opção, tenho que deixa minha casinha, muito triste e fazer o que? E morar onde ele querem, afinal eles que são os donos das terras, posso fazer o que?” (Entrevista gravada com J. L., 58 anos em 18/06/2016).

O depoimento acima, de J. L., que mora na região há mais de 51 ano é descendente de baianos que mudaram para região em busca de melhores condições de vida, é evidenciado por ele que a sua saída da região para ir morar em outra área não é aceitável, mas não resta outra opção, o que ameniza a situação é a importância que água vai trazer, visto que o poço artesiano que é utilizado para abastecer a casa e os animais no período de estiagem não é suficiente, tendo como solução a construção da barragem que irá propulsionar.

Levando o entendimento de Castro (2011), onde “a mudança compulsória dos locais de moradia e trabalho figura um momento irreversível para as populações atingidas por empreendimentos, o que é recorrente no histórico dessas construções pelo próprio caráter da obra”. Porém a esposa do senhor J. L. sofre com a ansiedade que surgiu após avisaram que ambos teriam que deixar suas residências, relatada na fala abaixo:

“Ave maria, assim! no meu caso se ela já tivesse vindo pra mim seria melhor, porque a gente já tava sabendo pra onde a gente ia né?, mais essa coisa vem hoje amanhã no vem, ai a gente fica com aquela dificuldade no pensamento... que dia vai chegar no é, não ai fica aquela preocupação e o certo era vim que já tava sabendo para onde a gente ia né, ai já tava cuidando da nossa casa, moço a coisa não é faço não” (entrevista gravada com Dona D. 54 anos em 18/06/2016).

O depoimento é da Dona D. que mora na região há aproximadamente a 46 anos, filha de pais piauiense, para ela a construção da barragem tem os seus benefícios, mas existe a preocupação de um dia ter que sair da área, sendo que a espera a deixa mais ansiosa, pois ao olhar para seus bens naturais e construídos que serão deixados na sua partida e, sabendo que a qualquer momento não vão mais existir causam problemas emocionais na moradora.

Assim, segundo os relatos o choro é constante, por parte da moradora que trabalha no colégio da localidade Várzea Grande há 34 anos, enraizada na terra que moldou sua forma de viver e pensar. Segundo o morador J. L. não foi informado da construção da barragem antes de começar a obra, o que na realidade deveria ocorrer através da proposição de umas audiências públicas, mas o depoimento a seguir faz-se concluir o oposto:

“Antes deles mesmo começarem a fazer os piquetes lá eles num vinhero não, depois que plantaram os piquetes compraram já duas áreas de propriedade dos moradores de lá ai vinhero, mandaram até um ônibus pegar nós aqui, pra ter uma reunião lá no colégio da barra do rio, mais depois que já tava tudo iniciado lá, já tava até um limpo da parede, nós fumos e passamos até por cima da parede,

quando a parede tava começando a levantar, mais antes pelo menos na parte da Vazea grande não” (entrevista com o senhor J. L., 58 anos em 18/06/2016).

Segundo o relato do morador acima todos os entrevistados alegam as mesmas respostas, que em nenhum momento foram ouvidos antes do início das obras, contrapondo o que a legislação ambiental, resolução 237 de 1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente estabelece em seu art. 10, V Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente. Distorcendo a realidade identificada no processo de licenciamento proposto na construção da barragem de Atalaia que é considerado um grande projeto de infraestrutura para a região causando grandes impactos, necessitando da audiência para os moradores se expor às consequências da construção.

Onde na implantação de um grande empreendimento ou atividade de infraestrutura, a legislação ambiental delimita a necessidade de obtenção de três licenças: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Onde a LP se destaca indo em conjunto com o princípio da prevenção de impactos, visto que durante o processo de obtenção da licença prévia, são analisados diversos fatores que definirão a viabilidade ou não do empreendimento que se pleiteia. É nessa fase segundo Brasil (2007), que:

São discutidos com as comunidades, caso haja audiência pública, os impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras e compensatórias;
É tomada a decisão a respeito da viabilidade ambiental do empreendimento, levando-se em conta sua localização e seus prováveis impactos, em confronto com as medidas mitigadoras dos impactos ambientais e sociais.

Segundo os moradores a fase de LP acima citadas não atuou com eficiência no decorrer na construção da barragem de Atalaia, podendo considerar a construção da barragem em desacordo com a legislação ambiental, gerando impactos sociais antes mesmo de iniciar a construção.

No que diz respeito às indenizações, os moradores entrevistados relatam serem valores muito inferiores aos que realmente vale as terras em que moram, pois segundo os entrevistados as terras produtivas foram avaliadas em R\$ 500 a hectare e as terras improdutivas ou “carraças” em R\$ 125,00 a hectare, onde para Dona R. uma das moradoras que considera os valores pagos por suas terras muito baixo, logo o montante recebido não consegue adquirir uma propriedade na cidade mais próxima. A moradora do depoimento a seguir quando questionada sobre quando a construção da barragem estiver concluída, conseqüentemente necessitar sair qual a reação da moradora e com relação ao valor pago pelas terras elencando sua opinião:

“Ai eu saio que já tá até indenizada já, indenizada não eles deram uma micharia que pelas roças que foram comida por ai eles mim deram foi uma micharia, só mim deram 40 mil. Oxê! e muito, essa casa mesmo, que na época foi cara, e agora vai se tomada por micharia” (entrevista gravada com Dona R. 77 anos em 03/01/2016).

A fala de Dona R., moradora da região há mais de 70 anos, para ela não foi fácil aceitar os valores pagos pelos bens materiais construídos e suas terras, herança de seu falecido marido, que agora estão a dispor do governo que as comprou por valores muito baixos.

A figura 2. representa as características, condições de vida e tipos de moradores que residem na região que será inundada. Dispondo de poucos benefícios que não os levam a ter uma vida agradável, muitos não têm água potável e em quantidades insuficientes para garantir os cuidados básicos da residência e recreação dos animais, assim nos períodos de estiagem das chuvas, as condições não são agradáveis para os moradores da região.



Figura 2. Residência de moradora da comunidade Gameleira, área que será atingida pela construção da barragem de atalaia

Fonte: Autora, 2016.

No entanto, o que se tem observado até o momento, é uma prática distinta da preconizada no Estudo de Impacto Ambiental-EIA, pois, segundo os moradores da região os valores pagos nas indenizações não é considerado justo, como observado na fala abaixo:

“Ta vendo esse povo todinho aqui? O que receberam dinheiro já, um pouco de dinheiro né já, num compra nem 1/4 do que eles tem de terra, nem 1/4. E isso se for na beira do ribeirão. Pra botar um assentamento lá na terra onde num tem água (...) maior dificuldade do mundo que as obras gasta muito menos que isso da região. Isso é matar o pessoal, ta nos matando, ta nos matando! Quando eu fiz a minha proposta doutor, pra eles quando chegaram, me deu outra porcentagem (parte não entendida) que é dando prejuízo a nós aqui, e posso provar” (Depoimento de uma moradora na audiência pública, em 10/06/2015).

O depoimento da moradora indignada por não concordar com a indenização proposta pelo governo e, com a área escolhida para construção do assentamento, alegando não ter terras produtiva e sem disponibilidade de água, mas a governo garante o abastecimento de água para as residências. Diagnóstico semelhante aconteceu nos resultados do trabalho de Castro (2011), estudando o deslocamento compulsório das famílias atingidas por um grande projeto em Agrovila, Goiânia-GO.

As opiniões sobre construção de barragens depende do entendimento do atingido, a entrevistada a seguir foi questionada se concorda com a construção da barragem de Atalaia na região e a fala remete um entendimento que predominou e fez parte de todos os entrevistados:

Até que sou, porque aqui agente não veve sem água numa sequidão dessa aí, que não tem água pra nada e quando tem num vale... vale porque é o jeito água ali, moço se você ver” (entrevista gravada com dona R. 77 anos em 03/01/2016).

Dona R. é a favor da obra, mas quanto aos valores pagos pelas indenizações sobre sua propriedade ela se opõe, alegando que não possui idade para construir uma nova moradia na região, e que seus laços de amizade construídos a mais de 30 anos irão fazer falta, pois não irão mais morar próximos quando chegar as águas, sentirá falta de tudo que já foi produzido nas boas terras. A figura 3. mostra a residência de Dona C., uma das moradoras entrevistada.



Figura 3. Residências de moradora do povoado Vargea Grande
Fonte: Autora, 2016.

No Brasil são inúmeros casos de famílias vítimas de grandes obras e submetidas ao deslocamento compulsório, conforme corrobora Santos (2007), “evidentemente, os números não são exatos e varia de acordo com a fonte. Mas, embora não o sejam, fornecem uma ideia de grandeza e, sobretudo, revelam que são objeto de disputa e controvérsia”.

No que diz respeito aos aspectos econômicos da região, predomina a agricultura familiar e em pequena escala a atuação de pequenos e micros produtores, todos os entrevistados são aposentados, mas ainda atuam em atividades extras em suas próprias propriedades, em pequenas quantidades, visto que, os valores pago pelo governo nas aposentadorias não é suficiente para alimentar e garantir a sobrevivências de toda a família.

Os entrevistados reclamam que as colheitas dos anos que passaram eram em quantidades que não se comparam com os dias atuais, como na fala da moradora:

“Nem vão ter mais lembrança de nada, que quando cês ver lá, já é água. Num sabe que ali. Foi um tempo tão bom que a gente passou. **Tanta terra boa a gente trabalhando. Enchia uma casona dessa aqui de arroz, de milho, de feijão.** Nós temo bem aí mermo, milho do ano passado ganhemo muito milho, e aí se nós ver nossa terra tomada... **Mai o homem é quem sabe né?** (Entrevista com dona D. 62 anos, em 03/01/2016).

Esse é um exemplo bem demonstrativo da riqueza produtiva que as terras da região apresentam e, como os moradores da região sobrevivem em condições financeiras considerada vulnerável, mas é da “roça” que eles sobrevivem. Existindo semelhanças aos resultados de Zhouiri e Oliveira (2007), que também identificou um sentido de fraqueza e pobreza dos entrevistado em sua pesquisa de projetos hidrelétricos no Vale do Jequitinhonha.

No entanto, quando são forçados a deixar suas terras e se adequarem a uma realidade diferente daquela habitados, se vêm com um espaço pequeno nos assentamentos e com modo de vida diferenciado, que poderá ocasionar problemas de cunho social como a marginalização dos seus entes que não herdaram os valores, hábitos e costumes de outrora.

Para os moradores, com a construção da barragem de Atalaia, segundo alguns relatos, as plantações e colheitas podem ter uma certa semelhança com as anteriores produzidas nas terras que serão inundadas pela construção da barragem, mas para isso os investimentos financeiros para equipamentos, transporte e irrigação da água, ficará dispendioso, principalmente por suas novas habitações e plantio, ficarem a uma distância significativa do leito borrável.

Com a nova configuração estabelecida pelo projeto de construção da barragem e por se encontrarem em uma situação financeira desfavorável, acabará se firmando uma relação de dependência com incentivos do próprio governo, em detrimento do apego e produtividade a sua terra, anteriormente vivido.

Segundo Magalhães (2007), “o lamento, pelo exposto, ao conteúdo de irreversibilidade estabelecido a este tipo de deslocamento compulsório, mas aponta, sobretudo as rupturas das representações que estes camponeses têm sobre suas vidas”. Levando a perca da identidade camponesa adquirida sobre aquela região que deixará de existir.

Uma atividade que é praticada com frequência na região é o comércio entre os próprios moradores conhecido como “troca de mercadorias”, realizadas entre os próprios moradores das comunidades, acontecendo principalmente quando um morador necessita de uma renda extra, abatendo um animal na sua própria residência e sem conhecimento ou ajuda de profissionais realizam o abate e o comercializam entre familiares e vizinhos, visto que, também existe a venda para grandes comerciantes, nas cidades mais próximas.

A produção da agricultura familiar na região pode-se classificar como fraca, pois as atividades são limitadas a alguns produtos, tais como a transformação da “mandioca” em farinha e tapioca, que é um procedimento que exige e requer tempo e esforço físico e quando finalizada o procedimento o produto é comercializado na região e nas feiras tradicionais dos municípios próximos.

As frutas cultivadas nas propriedades também integram os comércios em períodos do ano que estão prontas para o consumo (frutas de estação), abastece os pequenos comércios e as feiras tradicionais da região ao entrono.

O deslocamento forçado de comunidades leva a modificações no espaço de vida econômica, criam novos desequilíbrios com externalidades muitas vezes mal calculadas. Destacando a construção de barragens como um importante meio de artificialização rápida e, na escala temporal da vida humana, irreversível, da superfície terrestre. Quando a obra não é acompanhada por medidas concretas de realojamento conduz com frequência à sua posterior realocação em perímetros urbanos, contribuindo para massa de crescimento desequilibrado de urbanização em conjunto com a desigualdade econômica (FERNANDES, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Remetendo o sentimento de pertencimento que envolve e liga as pessoas a sua região de origem, pode-se constatar que a construção de um empreendimento, quer seja uma barragem ou qualquer outra obra, em um local habitado por seres constituídos é algo que provoca grandes abalos, positivos e negativos.

Positivos no que tange ao progresso, à melhoria de vida da população e à economia. Negativos no que se refere à interrupção do modo de vida dos moradores da área afetada, pessoas estas que terão que sair das suas casas, dos seus lugares simbólicos e mudarem-se para um novo local, uma nova realidade, e verem o seu passado ser literalmente desmoronado.

Como o perfil dos entrevistados são moradores responsáveis pela criação das comunidades, levam a entender os significados que a região passa a constituir no enredo da vida desses atingidos; os símbolos e bens insubstituíveis existentes que foram responsáveis pela caracterização de cada residência ou nas comunidades que deixarão de existir. Constrangendo

os atingidos só de lembrar o dia da partida, e imaginar que tudo será tomado por uma enorme “cama” de massa de água.

Os moradores das comunidades diretamente atingida pela construção da barragem de Atalaia no município de Sebastião Barros se sensibiliza ao lembra que a qualquer momento deixará seus modos de vida característico da região para adaptarem em um lugar desconhecido. Remetendo a sensação de incapacidade e vulnerabilidade identificados nos decorrer das entrevista com os atingidos.

Destacando também a importância das audiências públicas que para os atingidos pela barragem de Atalaia foi o único meio que proporcionou a divulgação de suas opiniões e esclarecimentos de dúvidas sobre a obra, mas a mesma foi marcada já com 50% da obra da barragem de Atalaia concluída.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, S. A.; NASCIMENTO, A. C. ; MESQUITA, H. A. **Movimento dos atingidos por barragens (MAB): Resistência popular e a construção de um novo modelo energético para o Brasil**. Catalão – Goiás, 2009.

BOSSHARD, P. **Des coisa que você deveria saber sobre barragens**. In. International RIVERS, 2014.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União**. com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. -- 2.ed. -- Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

BRASIL. **PAC 2/ 9º Balança 2011 >> 2014/ ANO III SIG, Quadra 6, Lote 800, 70610-460, Brasília-D, 23 dez, 2013.**

CASTRO, J.F. Do João de Leite para a Agrovila. **Deslocamento compulsório das famílias atingidas por um grande projeto**. Goiânia – Goiás, 2011.

CIRILO, J. A. **Políticas públicas de recursos hídricos para o semi-árido**. SCIELO, vol. 22 no. 63, São Paulo, 2008.

FERNANDES, J. L. J. **Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens.** In **Cuarto Encuentro Internacional sobre pobreza.** Coimbra, Portugal, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS- IBGE. **Produto Interno Bruto- PIB, do município de Sebastião Barros.** www.ibge.gov.br. (Último acesso em 10/07/2017).

KOHN, K.; MORAIS, C. H. **O impacto das tecnologias na sociedade: Conceitos e características da sociedade da informação e da sociedade digital.** In INTERCOM, Santos –SP, 2007.

LETURCQ, G. **A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil.** II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens e I Encontro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, Oct 2007, Salvador, Brasil. p.250, 2009.

MESQUITA, H. A. **As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): A mais recente ameaça ao bioma cerrado.** Catalão – Goiás, 2007.

MOURA, N. **Percepção e Memória: Uma barragem, muitas vidas, uma história.** Mestrado em Geografia – UFPR, 2008.

PARMIGIANI, J. **Apontamento para a história de uma luta: Os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR.** In Revista Tempo da ciência, p. 107-123, 2006.

ROCHA, G. S.; SOARES, V. de O. **Resistência e participação dos movimentos sócias na construção de grandes barragens no nordeste.** Mestrado em Geografia UFC, 2011.

RODRIGUES, G. V. D.; SANTOS, E. O. **Política urbana e deslocamento compulsório no capitalismo contemporâneo.** Pará, 2011.

SANTOS, S.M.S. B. M. **Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Belém, Pará, 2007.

SEVÁ, A. O.; PINHEIRO, M. F.. B. **Conflitos sociais e institucionais na concretização recente de algumas concessões de aproveitamento hidrelétrico assinadas entre 1997 e 2000.** 2006.

SILVA, M. C.; SILVINO², G.S.; SILVA, M. C. **Da abundância hídrica a escassez de água residencial: as particularidades hidroterroitoriais no brejo de altitude do município de Areia – PR.** In revista Desenvolvimento Social p. 21, 2016.

SOARES, V. R. **Impactos sociais causados pela construção de hidrelétricas em população ribeirinhas na zona da mata mineira: O caso específico da usina hidrelétrica Candonga-rio docel Santa Cruz Escalvado – Minas Gerais.** Monografia em Ciências Sociais – UFJF, 2009.

SORIA, M. A. Z. **Os benefícios recebidos das barragens.** 2013.

WR consultoria e planejamento ltda. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, ed. Teresina.** p.7 e 9, maio. 2009.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. **Desenvolvimento, conflito sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas.** In Revista Ambiente & Sociedade, Campinas p. 119-135, 2007.